

Recebimento: 24/10/2019

Aceite: 22/03/2020

TERRITÓRIO E GOVERNANÇA TERRITORIAL, PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ESTRUTURA, PROCESSO, FORMA E FUNÇÃO NA DINÂMICA TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO

TERRITORY AND TERRITORIAL GOVERNANCE, HERITAGE AND TERRITORIAL DEVELOPMENT: STRUCTURE, PROCESS, FORM AND FUNCTION IN THE TERRITORIAL DYNAMICS OF DEVELOPMENT

Valdir Roque Dallabrida¹

Resumo

Propõe-se relacionar as categorias de análise geográfica, estrutura, processo, forma e função, à dinâmica territorial do desenvolvimento, com base na acepção de outras categorias conceituais, tais sejam, território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial. O texto está estruturado na forma de um ensaio teórico, tendo como base a revisão da literatura, contemplando proposições metodológicas. Parte-se da discussão teórica para elaborar uma síntese na forma de interpretação geográfica dos processos territoriais, finalizando com indicativos metodológicos que abalizam o patrimônio territorial e seus componentes, como ponto de partida e diretriz na elaboração de estratégias localizadas de desenvolvimento. Considera-se tal proposição um referencial significativo para se pensar novas possibilidades na dinâmica territorial do desenvolvimento, tendo a ativação do patrimônio territorial como a estratégia central.

Palavras-chave: Território. Governança Territorial. Patrimônio Territorial. Desenvolvimento Territorial. Contextos Socioeconômico-Ambientais.

Abstract

It is proposed to relate the categories of geographic analysis, structure, process, form and function, to the territorial dynamics of development, based on the meaning of other conceptual categories, such as, territory and territorial governance, heritage and territorial development. The text is structured in the form of a theoretical essay, based on a review of literature, considering methodological proposals. It starts with a theoretical discussion to elaborate a synthesis in the form of a geographical interpretation of territorial processes, ending with methodological indications that highlight territorial heritage and its components, as a starting point and guideline in the development of localized development strategies. This proposal is considered a significant reference for

¹ Doutor em Desenvolvimento Regional (UNISC). Professor da Universidade do Contestado, Canoinhas – SC, Brasil. E-mail: valdirdallabrida@gmail.com

considering new possibilities in the territorial dynamics of development, with the engagement of territorial heritage as the central strategy.

Keywords: Territory. Territorial Governance. Territorial Heritage. Territorial Development. Socio-Economic-Environmental Contexts.

Introdução

O geógrafo brasileiro Milton Santos trata da estrutura, do processo, da forma e função, como categorias de análise do método geográfico. O autor utiliza o conceito de espaço para se referir a uma totalidade, uma realidade objetiva, como um produto social em permanente transformação, sendo os elementos que compõem o espaço, os homens, as firmas, as instituições, o suporte ecológico e as infraestruturas. Segundo essa perspectiva teórica, estudar o espaço implica em compreender sua relação com a sociedade. Os processos decorrentes dessa relação é que vão ditar a forma e a função de cada arranjo espacial (SANTOS, 1997).

Santos (1997), assim caracteriza as categorias de análise do método geográfico mencionadas: (i) a estrutura, implica a interrelação de todas as partes, como o mundo das organizações e da produção; (ii) o processo, como uma ação contínua, direcionando-se a um resultado qualquer, implicando na noção de tempo, continuidade e mudança; (iii) a forma, como o aspecto visível de algo, como um arranjo espacial; (iv) a função, como o que se espera de uma forma.

Como os processos são heterogêneos em cada fração do espaço, resultam subespaços, que são os lugares, as regiões e os territórios, com configurações próprias (SANTOS, 1997). Em outra obra, Santos (1982) afirma que a diferença entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção, como uma forma particular de organização do processo produtivo, sendo que sua concretude abrolha sobre uma base territorial historicamente determinada, nos diferentes recortes espaciais (municípios, regiões, territórios). Assim, como os modos de produção não se expressam territorialmente com uma única configuração, os lugares apresentam suas especificidades.

Das reflexões teóricas enunciadas, diferentes interpretações podem ser realizadas. Uma delas, é a compreensão de que os diferentes contextos socioeconômico-ambientais fazem parte de uma totalidade produzida pela sociedade, que está em permanente transformação. Geograficamente falando, essa totalidade é o espaço, com seus elementos constituintes: (i) a sociedade com suas instituições; (ii) as firmas ou organizações empresariais; (iii) o suporte ecológico ou ambiente natural, e (iv) as infraestruturas. Os contextos socioeconômico-ambientais, como subespaços, que comumente são objeto de nossas observações e análises, são os lugares ou áreas, os municípios, as regiões, os territórios, todos constituídos como subespaços ou recortes territoriais, funcionais ao todo.

A segunda, é o entendimento de que é a sociedade que dita os efeitos dos processos, como as mudanças ao longo do tempo. Discorrendo de outra forma, os contextos socioeconômico-ambientais resultam de decisões e posicionamentos instituídos historicamente nos subespaços, pela sociedade. No entanto, como alerta Saquet (2015), o poder de decisão não é distribuído democraticamente em todos os segmentos da sociedade. Assim sendo, o poder é exercido de forma centralizada por um grupo social, em um determinado momento histórico, seja por determinação dos interesses locais, ou interesses de fora do lugar, sob a forma de adaptações ou imposições.

A terceira, é que os diferentes recortes espaciais, ou contextos socioeconômico-ambientais, se apresentam como uma fração do espaço dentro do espaço total, ou seja, a expressão local do todo, com sua forma e função específica. Portanto, toda análise que não esteja contextualizada na totalidade, representada, por exemplo, pelas cadeias produtivas globais ou pelo conhecimento técnico globalizado, passam ser análises parciais. Tais contextos, por terem uma forma e função específica, tornam-se subespaços, por vezes, únicos, logo, que merecem análises próprias. É o que justifica estudarmos e analisarmos recortes espaciais, tais como, um determinado município, uma região ou território.

A quarta, é que um determinado contexto socioeconômico-ambiental, configurado em diferentes arranjos espaciais, resultantes de adaptações ou imposições de diferentes formações socioespaciais (SANTOS, 1977), atendendo a interesses locais ou externos, é uma decorrência das transformações sociais, ecológicas, tecnológicas ou econômicas que ocorreram ao longo do tempo.

A análise desses arranjos espaciais nos impõe desafios. Um deles, é que sua análise exige periodização e a definição precisa do recorte territorial. Isso, pois, cada lugar, a cada momento, tem um papel próprio, ou uma função, no processo produtivo, de circulação, distribuição e consumo, ou, segundo determinada compreensão teórica, na divisão internacional do trabalho. Uma implicação disso é que ao analisarmos contextos socioeconômico-ambientais menores, como um município, uma região ou território, é necessário compreender que só parte do que se pode observar localmente resulta de determinações locais. Logo, a necessidade de situar as razões de ser, as causas de determinados problemas ou desafios, nas escalas espaciais nacional ou global, já que os contextos socioeconômico-ambientais localizados são subespaços de uma totalidade espacial mais ampla.

No entanto, como tais subespaços são a expressão territorializada do espaço total, mesmo atendendo determinações nacionais e/ou globais, não deixam de ter configurações próprias. Assume-se, por isso, a compreensão de que as especificidades territoriais se expressam em diferentes dimensões, tais como, nas características das atividades produtivas no ambiente natural, nos atributos humanos e intelectuais, no padrão cultural social e empresarial, na conformação social e institucional e nas tipologias das infraestruturas de cada contexto socioeconômico-cultural. Essas especificidades territoriais, portanto, tomam forma, abarcando o que aqui denominamos patrimônio territorial.

Mesmo assim, vale o alerta: como se trata de um subespaço do espaço total, sejam estes, as cadeias de produção global, os ecossistemas, a inteligência coletiva, a cultura global, a organização social e as normas e padrões institucionais globais, enfim, o padrão tecnológico global, toda e qualquer análise, não deixa de ser uma análise parcial. No entanto, como a parte contém e está contida no todo, e o todo é formado pela interrelação integrada das partes, a análise do subespaço nos permite conhecer significativamente a parte e, também, elementos do todo.

Todo esse arrolamento de reflexões é feito com um propósito especial: justificar a adequação de se tomar como ponto de partida e diretriz o patrimônio territorial em quaisquer formas de intervenção e/ou análise de contextos socioeconômico-ambientais, na forma de recortes espaciais, tais como, municípios, regiões e territórios. Propõe-se relacionar as categoriais de análise geográfica, estrutura, processo, forma e função, à dinâmica territorial do desenvolvimento, com base na acepção de outras categorias conceituais, tais sejam, território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial.

Assim sendo, na sequência dessas considerações introdutórias, rememora-se alguns conceitos que dialogam com as categorias de análise do método geográfico propostas por Santos (1997), tais sejam: território (estrutura); governança territorial (processo); patrimônio territorial (forma) e desenvolvimento territorial (função). Como terceiro momento, faz-se uma síntese teórica, como tentativa de interpretação geográfica. Em quarto lugar, apresentam-se indicativos metodológicos, utilizando os elementos do patrimônio territorial como ponto de partida e diretriz. Por fim são feitas algumas considerações finais.

Metodologicamente, trata-se de um ensaio teórico-metodológico, que sintetiza reflexões pessoais pretéritas e faz a revisão de publicações que tratam da temática abordada no presente texto.

Espera-se contribuir com aportes teórico-metodológicos para subsidiar novas compreensões sobre a dinâmica territorial do desenvolvimento, tendo a ativação do patrimônio territorial como a estratégia central. A socialização dessas reflexões, espera-se contribuam no avanço do debate sobre desenvolvimento na perspectiva territorial.

Uma base teórica de referência

Na sequência, são explicitadas algumas categorias conceituais, que tem conexão com o conceito patrimônio territorial.

Território, governança e desenvolvimento territorial como base teórica integradora

A categoria conceitual patrimônio territorial tem uma relação com as noções sobre território, territorialidade, identidade e desenvolvimento territorial².

Saquet (2015) sintetiza a acepção sobre território, como uma construção social, histórica e relacional. Segundo essa compreensão, o território está sempre vinculado aos processos de

² A discussão sobre território, territorialidade e identidade territorial não será aprofundada neste texto. Sugerem-se algumas publicações que tratam do tema: Saquet (2015); Dallabrida (2017/ 2016; 2015a).

apropriação e dominação do espaço e, evidentemente, às pessoas que nele residem, contemplando tanto as dimensões físico-naturais do lugar, como as atividades produtivas nele realizadas, sua gente com seu saber-fazer, seus costumes e tradições, sua história.

Para Raffestin (2015, p. 11), o território “[...] é o conceito mais eminentemente geográfico que cristaliza as realidades materiais e imateriais que os homens manipulam em todas as suas relações de poder”. O autor também se refere ao território, relacionando-o com o desenvolvimento:

Todo desenvolvimento territorial é, ao mesmo tempo, uma maneira de viver com a terra, mas também contra ela. Os brasileiros, que conhecem o desenvolvimento de empresas engajadas em grandes projetos e em enormes transformações territoriais, sabem-no melhor do que ninguém (p. 11).

[...]

O que fazem as multinacionais nos territórios onde elas escolhem intervir? Frequentemente destroem os territórios de forma irremediável e definitiva a fim de extrair recursos que lhes interessam. Mas ao mesmo tempo, elas destroem as referências dos homens que neles habitam [...].

É o oposto do desenvolvimento, ou seja, as territorialidades e as temporalidades projetadas não tiveram por finalidade organizar, mas sim praticar uma economia de rapina [...] (p. 14).

Veja-se que a noção de território, como uma construção social, histórica e relacional, exige um posicionamento crítico em relação ao desenvolvimento nos arranjos espaciais que compõem os diferentes recortes territoriais. Ou seja, nem todo empreendimento econômico empresarial contribui para o desenvolvimento, mesmo que resulte na geração de emprego, na circulação de renda local e no aumento da arrecadação tributária.

Sobre a acepção de desenvolvimento, uma contribuição de Saquet (2015, p. 25) é esclarecedora. “O desenvolvimento é resultado de um processo histórico e relacional, de múltiplas determinações econômicas, políticas, culturais e naturais”. Portanto, não resulta de processos induzidos desde fora, de empreendimentos que se estabelecem nos territórios para se beneficiar da oferta abundante de recursos naturais lá existentes. Também não resulta de um evento casual, ou da oportunidade de instalação de um novo empreendimento ou do crescimento econômico por ele proporcionado.

Para Rullani (2005, 116), o desenvolvimento é sempre localizado e com características específicas. “O desenvolvimento é um processo dinâmico que se entrelaça ao fazer-se e desfazer-se do território”. Sobre o fazer-se e refazer-se, outros autores fazem referência aos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Complementando, Dallabrida (2015a, p. 325) faz a explicitação de uma acepção de desenvolvimento, a partir da perspectiva territorial.

O desenvolvimento territorial é entendido como um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população.

Portanto, o desenvolvimento territorial é um processo empreendido desde dentro, do e no território, mesmo que integrado externamente, resultando das práticas de territorialidade.

Para Raffestin (1977) a territorialidade corresponde ao espaço vivido e às relações de alteridade e exterioridade cotidianas. A alteridade entendida como as relações de interação e interdependência com as pessoas de sua convivência e exterioridade como o processo de aprendizagem e adequação social do indivíduo com o meio em que vive, compreendendo os padrões de comportamento social, as leis e/ou normas. Complementando, Saquet (2015) se refere às territorialidades como as relações de poder, econômicas, políticas e culturais, as interações e as redes delas resultantes, as práticas, a organização política, as técnicas e tecnologias, além das relações de pertencimento e identidade dos indivíduos que convivem num território.

São as relações de territorialidade, representadas pelas relações sociedade-natureza, que formatam um determinado território, tanto no sentido preservacionista, como predatório, tanto com fins de cooperação, como de usurpação. As territorialidades cotidianas é que assentam práticas e projetos que contribuem mais, ou menos, para o desenvolvimento territorial, sustentável ambientalmente, inclusive socialmente e viável economicamente, o que é o desejável.

Portanto, o território é o espaço de vivência, construído, destruído e/ou reconstruído no tempo histórico e nos lugares, por meio de relações sociais de alteridade e exterioridade e com o ambiente natural. Os processos que ocorrem espaço-temporalmente na definição do futuro desejado, se expressam nas práticas de governança territorial³. De acordo com a acepção de governança territorial aqui assumida, como relações coletivas horizontais e colaborativas dos atores territoriais, a mesma é aqui compreendida como método da ação coletiva no território. Magnaghi (2015) considera as formas produzidas no território, o patrimônio territorial, como bens comuns, exigindo sistemas de autogoverno do território para “governar os bens comuns”.

É neste sentido que se defende que a dinâmica territorial do desenvolvimento precisa ser gerida por meio de instâncias de concertação pública e privada, como processo em que representantes das diferentes redes de poder socioterritorial, através de procedimentos voluntários de conciliação e mediação, assumem a prática da gestão territorial de forma descentralizada e colaborativa. Isso implica na participação cidadã dos diferentes atores sociais, econômicos e institucionais, como protagonistas do processo (DALLABRIDA, 2007; 2015a)⁴.

Ressalta Ferrão (2010) que a emergência do tema governança traduz posições político-ideológicas distintas, embora todas elas afetando a concepção moderna do papel do Estado: (i) visões econômicas neoliberais (governança desregulamentadora); (ii) visões civilistas pós-modernas (governança diversificadora); (iii) visões neomodernas (governança reguladora, estratégica e colaborativa). Reafirma o autor que estas várias visões coexistem em todas as sociedades, às vezes de forma explicitamente conflituosa, outras de um modo aparentemente pacífico, suscitando, não raro, equívocos tanto no âmbito dos projetos nacionais dos diversos Estados, como no contexto dos países.

Sintetizando contribuições dos principais autores, o conceito de governança, no seu sentido geral, refere-se às redes auto organizadas, envolvendo conjuntos de atores provenientes de organizações e instituições, tais como, representantes do setor empresarial, da sociedade civil e agentes estatais, em processos de tomada de decisão, ou espaços de prestação de contas, relativamente horizontais, como um novo modelo de regulação coletiva e de fazer política (DALLABRIDA, 2015a/c).

Assume-se o conceito expresso em Dallabrida (2015a, p. 325):

A governança territorial corresponde a um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais que dá prioridade a uma ótica inovadora, partilhada e colaborativa, por meio de relações horizontais. No entanto, esse processo inclui lutas de poder, discussões, negociações e, por fim, deliberações, entre agentes estatais, representantes dos setores sociais e empresariais, de centros universitários ou de investigação. Processos desta natureza fundamentam-se num papel insubstituível do Estado, numa noção qualificada de democracia, e no protagonismo da sociedade civil, objetivando harmonizar uma visão sobre o futuro e um determinado padrão de desenvolvimento territorial.

Portanto, o que se convencionou chamar de autogoverno do território, refere-se à ação coletiva e compartilhada no processo de planejamento e gestão da dinâmica territorial de desenvolvimento, envolvendo atores territoriais, aqui concebida como práticas de governança territorial. As características enunciadas, tais como, o agir a partir de uma ótica inovadora, partilhada, colaborativa e por meio de relações horizontais, trata-se do procedimento aqui proposto para orientar as ações coletivas de intervenção, planejamento e gestão dos territórios.

O patrimônio territorial como ponto de partida e diretriz nos processos de intervenção ou análise territorial⁵

O termo patrimônio deriva do latim *patrimonium*, conjunto de coisas pertencentes ao *pater familias*. O sufixo *monium*, o vinculam ao termo *alimonium* (alimento), introduzindo a dimensão de cuidado, cuidado alimentar (POLI, 2015).

³ Não é propósito de este texto esgotar o tema governança territorial, o que já foi feito em outras publicações. Cita-se, por exemplo: Farinós (2015); Dallabrida (2007; 2015a; 2016) e Cançado, Tavares e Dallabrida (2013).

⁴ Dallabrida (2015a) disserta sobre a noção e propósitos da governança, os contextos em que ela ocorre e os desafios na sua prática.

⁵ Tema tratado em Dallabrida (2016; 2017).

O contexto acadêmico do qual surge a discussão sobre patrimônio territorial é o da Escola Territorialista Italiana. Dessa escola se originou um referencial teórico-metodológico denominado abordagem territorialista ou antropobiocêntrica, cujo propósito foi debater a problemática do território, numa visão multidisciplinar, para servir de base ao planejamento e gestão do território (ANDRADE e ALMEIDA, 2016). A escola territorialista propõe um “retorno ao lugar”, por meio do patrimônio ambiental, territorial e socioeconômico em suas dimensões locais e por meio do empoderamento da comunidade local, como pilares para um projeto de desenvolvimento local autossustentável (MAGNAGHI, 2010).

Segundo Poli (2015), nas ciências territoriais, o patrimônio assume uma conotação geográfica, chamando a atenção não somente aos elementos pontuais (igrejas, edifícios, árvores...), mas ao todo territorial, como uma forma unitária, uma co-evolução entre natureza e cultura. Neste sentido, o território passa de suporte para alocar atividades relacionadas aos seus caracteres de patrimônio territorial, passando ter um papel proativo no planejamento, resultado de processos históricos de construção e reconstrução. Assim, a concepção patrimonial do território introduziu na área do planejamento territorial uma forte inovação no processo de configuração territorial.

Poli (2015) afirma que o patrimônio territorial adquiriu visibilidade no debate sobre as teorias do desenvolvimento local ou territorial, como externalidade positiva ou negativa, e é considerado um avanço em relação à discussão anterior sobre capital territorial ou recurso territorial. Afirma o autor que a inclusão do patrimônio territorial no planejamento leva a um distanciamento em relação a um padrão “economicista” de desenvolvimento, o qual utiliza recursos territoriais (do tipo ambiental, paisagístico, turístico, cultural, etc) para extraí-los, subsumindo-os dos lugares para inserí-los em um ciclo econômico exógeno, que já produziu novas alternativas de geração de trabalho e renda, mas também pobreza e degradação ambiental. Neste sentido propõe que se faça uma distinção entre o conceitos de patrimônio territorial, capital territorial e recurso territorial.

Sobre essa diferenciação conceitual Poli (2015) reafirma:

- (i) patrimônio territorial é um construto histórico co-evolutivo, resultante da reificação e estruturação de atividades antrópicas que transformaram a natureza em território (MAGNAGHI, 2010), em que os bens materiais, socioeconômicos, culturais e de identidade convergem; o patrimônio é visto como um objeto de transmissão intergeracional e pertence aos bens comuns, sendo, ao mesmo tempo, um estoque de oportunidades resultantes do processo social e base real de aprimoramento social;
- (ii) capital territorial é um conceito introduzido inicialmente em documentos da OCDE⁶ e concentra-se nas especificidades do território, nos diferentes elementos complexos que o compõe, postos em prática para alcançar um alto nível de competitividade econômica;
- (iii) recurso territorial é um conceito que qualifica o termo recurso no campo da economia e o refere ao “recurso territorial” específico e genérico, como uma ferramenta para o desenvolvimento.

Com sentido assemelhado ao atribuído ao conceito capital territorial, outros autores fazem referência aos bens patrimoniais de um território (CARAVACA, GONZÁLEZ e SILVA, 2005). No entanto, ainda, a maior parte da literatura que faz referência à aceção de patrimônio territorial utiliza a categoria conceitual capital territorial⁷.

No entanto, assume-se como mais significativo o uso do conceito patrimônio territorial, seguindo a compreensão de intelectuais da Escola Territorialista Italiana da Geografia. Dentre esses, o autor referência nos estudos sobre patrimônio territorial é Magnaghi (2015; 2010, 2005, 2003, 2000).

Magnaghi (2010) refere-se ao patrimônio territorial como sendo sedimentos materiais, vinculados à morfologias, à fisicalidade dos lugares, às paisagens, mas também, sedimentos socioeconômicos vinculados aos recursos que podem ser ativados nos processos de desenvolvimento, ao conhecimento contextual, ao saber-fazer, às expressões culturais e identitárias vinculadas à memória coletiva, aos valores simbólicos, aos caracteres de pertencimento ao lugar⁸. Para Ortega

⁶ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

⁷ Dallabrida (2015b) chega a fazer uso do termo capital territorial. No entanto, em publicações posteriores, o autor passou a adotar o conceito patrimônio territorial. Sobre capital territorial, destacam-se algumas publicações: Camagni (2008); Capello, Caragliu e Nijkamp (2009).

⁸ O termo sedimentos não tem o mesmo sentido na língua italiana em relação à portuguesa (como pedaços de solo ou rochas ou até pó que se depositam nas partes baixas do relevo que formam as rochas). O uso do termo, pelos autores italianos acima referidos, refere-se aos bens materiais ou imateriais resultantes de acumulação histórica, na relação do homem com a

(1998) a noção de patrimônio territorial parte de um conjunto de recursos culturais e naturais herdados em um dado espaço geográfico, que tem elevado grau de aceitação e reconhecimento social local.

Calderón e Cuesta (2016) referem-se ao patrimônio territorial como um conjunto único e original de combinações naturais e sociais e suas relações entre si. Lembram os autores que o patrimônio territorial constitui uma porção variável de combinações no espaço, sem fronteiras administrativas. O importante, para os autores, é que mais recentemente, se passa da simples valoração de proteção dos recursos, para procedimentos e mecanismos para articular os mesmos, como potencialidades nas estratégias de desenvolvimento. Assim, o território é incorporado não mais como recurso ou espaço físico, mas como interconexão na ação humana, com o que o patrimônio territorial passa ser a expressão do uso que a sociedade faz do espaço.

Magnaghi (2015) propõe considerar os bens territoriais (cidades, infraestruturas, paisagens agroflorestais, patrimônio cultural, artístico e arquitetônico...), ou diferentes dimensões do patrimônio territorial, como bens comuns, pelo fato de terem sido produzidos por longos processos co-evolutivos, entre assentamentos humanos em sua relação com o ambiente natural. Significa, a inclusão do território entre os bens comuns, entre os *res commium omnium* (coisa comum a todos). Para tal perspectiva, propõe serem pensadas sistemas de governança territorial com o fim de “governar os bens comuns”, como um autogoverno do território, mesmo admitindo que isso exija repensar regulamentos legais que incidem nos territórios.

Afirma Magnaghi (2015) que esta visão holística, que indica o caminho para o “retorno ao território” e, ao mesmo tempo, para a “reapropriação comunitária dos bens comuns territoriais”, não precisa esperar que as soluções “milagrosas” e improváveis da crise se tornem operacionais. Já ocorrem em vários países, na margem e em contraste, na forma de processos generalizados de descentralização dos sistemas de decisão públicos e privados. Trata-se de um processo complexo que visa propor novas formas de desenvolvimento local/territorial, caracterizadas pela crescente ativação de instrumentos de democracia participativa, em que são praticadas formas contratuais e acordos multisetoriais e multifuncionais entre conjuntos de atores, para viabilizar o governo do território como um bem comum. O autor finaliza a reflexão, afirmando: “O substrato do patrimônio territorial praticado sob o ‘direito coletivo ao território’ está na base desse caminho” (p. 157).

Propõe-se uma síntese da acepção atribuída ao conceito patrimônio territorial por autores referenciais da Geografia nacional e internacional⁹. Patrimônio territorial como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, representados pelo sistema produtivo e de infraestrutura, o ambiente natural, a formação humana e intelectual, as expressões culturais e a cultura empresarial, os valores sociais, as configurações de associativismo e as redes de relações, além das institucionalidades públicas, sociais e corporativas, presentes num determinado território. O patrimônio territorial é resultado de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural e é representado por elementos herdados do passado longínquo, outros (re)construídos mais recentemente, com elementos que se sobrepõem ao território constantemente.

Os ativos territoriais são os fatores em plena utilização, enquanto os recursos são os fatores subutilizados ou ainda sem utilização alguma. A ativação deste patrimônio, mediante a aprendizagem coletiva e a interação social, com o que se destaca a possibilidade de criação meios ou ambientes inovadores, tem alto potencial de oportunizar o aumento da coesão social e superar as barreiras institucionais limitadoras dos processos de desenvolvimento territorial (DALLABRIDA, 2016).

natureza, nas suas relações de sobrevivência. Pode se referir ao acúmulo de valores, de saber-fazer, ou mesmo às infraestruturas construídas pelo homem, ou às paisagens que foram se formando e/ou transformando.

⁹ Em Dallabrida (2016) é feita uma primeira aproximação conceitual sobre patrimônio territorial, no qual se utiliza uma figura síntese, tendo como inspiração Caravaca e Gonzáles (2009).

Figura 1: Patrimônio Territorial e seus componentes

Fonte: Elaboração própria (2020), adaptado de Dallabrida (2016)

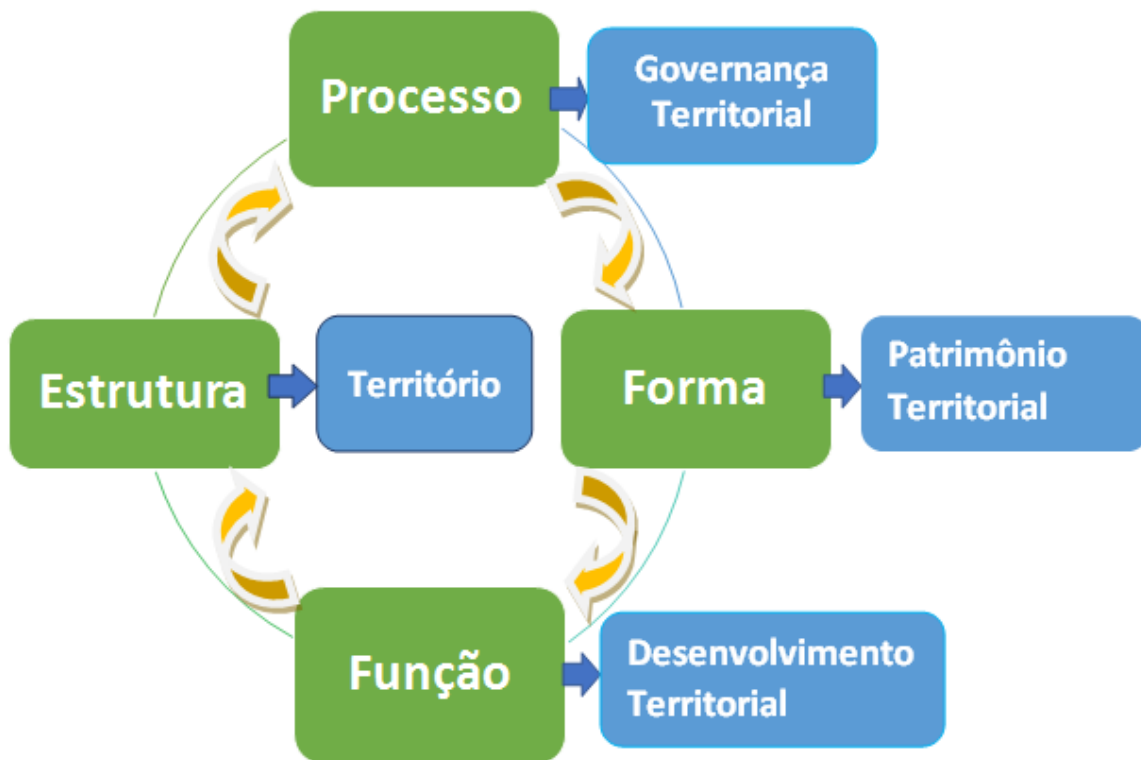
Os componentes do patrimônio territorial (Figura 1), são de seis tipos: (i) o patrimônio produtivo - recursos financeiros, terras, maquinaria, equipamentos e infraestruturas; (ii) o patrimônio natural - as paisagens naturais (que passaram ou não por processos de antropização), solos, fósseis, minerais, fauna e flora; (iii) o patrimônio humano e intelectual - o saber-fazer, a formação acadêmica e profissional, os níveis de conhecimento e a criatividade; (iv) o patrimônio cultural - valores e códigos de conduta, bens culturais e cultura empresarial; (v) o patrimônio social - valores compartilhados socialmente, formas de associativismo e redes sociais estabelecidas localmente; (vi) o patrimônio institucional - institucionalidades públicas e privadas, de caráter social, cultural, político ou corporativo.

Assim, com base nas alusões teóricas aqui referidas, e, em especial, partindo da compreensão de que o patrimônio territorial, com seus componentes, é o ponto de partida e a principal diretriz em qualquer tipo de intervenção ou análise territorial, tem-se um indicativo de partida para se pensar o desenvolvimento territorial, levando em consideração seus valores e atributos, seus ativos e recursos, materiais, imateriais, genéricos ou específicos.

Uma síntese, como tentativa de interpretação geográfica

Apesar das análises setoriais ainda serem mais utilizadas nos estudos sobre contextos socioeconômico-ambientais, seja entre os gestores públicos ou privados, pelo cidadão da sociedade e até pelos estudiosos da academia, as abordagens sobre desenvolvimento na perspectiva territorial tendem avançar, contemplando uma análise integrada das diferentes dimensões dos recortes espaciais, seja, a econômica, social, cultural e ambiental.

Uma alternativa para contribuir na ampliação dessa compreensão é relacionarmos as categoriais de análise geográfica - estrutura, processo, forma e função -, propostas por Santos (1997), à dinâmica territorial do desenvolvimento, com base na acepção de território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial. Implica no reconhecimento e análise das dimensões do patrimônio territorial como ponto de partida e diretriz, nos processos territoriais que se proponham pensar novos usos e novas práticas socioeconômico-ambientais que favoreçam o bom viver da população que vive no território.

Figura 2: Uma interpretação geográfica do processo de desenvolvimento territorial

Fonte: Elaboração própria (2020)

Seguindo tal raciocínio, pode-se fazer a seguinte interpretação comparativa: (i) o **território**, como estrutura, representada pelo conjunto integrado das organizações e dos sistemas natural e produtivo e suas relações; (ii) a **governança territorial**, como processo, ou seja, a ação coletiva e compartilhada no embate sociopolítico que ocorre territorialmente para definir estratégias e planos sobre o futuro desejável; (iii) o **patrimônio territorial**, como forma, ou seja, o arranjo espacial resultante de adaptações ou imposições definidas no embate sociopolítico, e (iv) o **desenvolvimento territorial**, como função, representando a imagem coletiva do que se espera do arranjo espacial e seus componente materiais e imateriais, tendo a materialidade da paisagem (o que pode ser percebido na atualidade) como a dimensão presente e o que é esperado, mesmo que ainda não realizado, como a utopia das pessoas envolvidas nos processos de ação coletiva que ocorrem nos territórios (Figura 1).

A paisagem é entendida, não como algo inerte, mas como “sonho incompleto da perfeição” (QUANI, 2006, apud SAQUET, 2015, p. 131), nem por isso um sonho irrealizável, podendo ser potencializada no propósito de melhoria das condições de vida, por meio do planejamento e da gestão territorial.

Uma proposta metodológica para o estudo de contextos socioeconômico-ambientais tomando o patrimônio territorial como ponto de partida e diretriz

Os seis componentes do patrimônio territorial também podem ser pensados como dimensões de um determinado contexto socioeconômico-ambiental, sendo elas: (i) a produtiva; (ii) natural; (iii) humana e intelectual; (iv) cultural; (v) social; (vi) institucional.

Para realização de estudos sobre um determinado arranjo espacial entende-se, então, ser necessário o reconhecimento do seu patrimônio territorial. Trata-se de explicitar e caracterizar cada uma das dimensões, apontando seus aspectos potenciais, seus desafios e potencialidades. Trata-se de buscar dados e informações em fontes estatísticas ou, caso não estejam disponíveis, buscar compor as mesmas a partir de dados primários. No Quadro 1 é feita uma descrição das dimensões, fatores e variáveis possíveis de serem analisadas em relação ao patrimônio territorial de um recorte espacial.

Quadro 1: Dimensões, fatores e variáveis relacionadas ao patrimônio territorial de um recorte espacial

	Fatores	Possíveis variáveis para a análise
DIMENSÃO PRODUTIVA	Recursos financeiros	a- Situação quanto ao montante mensal e anual de renda em circulação local; b- Perspectivas quanto à atração de investimentos futuros; c- Origem dos investimentos (regional, nacional, internacional); d- Existência local de institucionalidades do setor financeiro e disponibilidade de linhas de crédito para investimentos públicos e privados; e- Ganho médio per capita da população local...
	Sistema agrário	a- Cultivos agrícolas, atividades extrativo-vegetal, extrativo-mineral, pecuária e de hortifruticultura que compõem o sistema agrário local; b- Montante de renda mensal e anual gerados por cada setor; c- Caracterização das atividades quanto (i) à sustentabilidade ambiental, (ii) inovação tecnológica, (iii) capacidade de agregação de valor local, (iv) estímulo à dinamização de novos, ou outros, elos da cadeia produtiva, (v) destino da produção (consumo local, beneficiamento local/regional, comercialização e/ou exportação sem beneficiamento, ou semi-beneficiados); d- Perspectivas de novas atividades ou inovações nas cadeias produtivas locais; e- Percentual de terras agrícolas utilizadas para produção orgânica em relação ao total...
	Sistema Industrial	a- Setores de atividade abrangidos; b-c-d- Idem ao setor agrário. e- Percentual médio do orçamento anual investido em P&D; f- Percentual de investimento em bens de capital; g- Percentual e variação nos gastos da empresa com TICs; h- Percentual de empresas com registro ISO 14.000, ou similares; i- Existência de incentivos das empresas à formação profissional de seus colaboradores...
	Atividades comerciais e serviços	a- Setores de atividades que se destacam no setor comercial e participação de cada um montante de renda local em circulação; b- Idem setor comercial para o de serviços; c- Pessoas empregadas em P&D pro 1000/hab...
	Equipamentos e Infraestrutura	a- Principais aspectos em relação à equipamentos e infraestrutura existente localmente, quanto (i) a identificação e a quantidade disponível, (ii) situação quanto à qualidade e inovação; b- Potencial quanto à contribuição dos equipamentos e infraestruturas na dinamização do setor produtivo e impactos na qualidade de vida das pessoas; c- Situação quanto às necessidades não atendidas, ou melhoras no que existe; d- Número de projetos planejados ou realizados em estratégias de plataformas de transporte e/ou armazenagem multimodais e/ou integradas; e- Percentual de empreendimentos produtivos com utilização de energias renováveis; f- Percentual da área do recorte territorial que seja considerada área de risco; g- Avaliação quanto à existência de projetos de mitigação de riscos; h- Percentagem da população que vive em áreas propensas a riscos; i- Taxa de variação dos gastos anuais em saúde e educação; j- Existência de planos de mobilidade em nível regional e/ou local; l- Avaliação quanto à existência de instalações básicas (centros de saúde, creches, escolas básicas; hospitais, universidade, aeroporto...), considerando a população local...
	DIMENSÃO NATURAL	Paisagens
Solo e Subsolo (minerais e fósseis)		a- Tipos e aptidões de usos do solo; b- Usos atuais do solo; c- Existência e situação quanto ao aproveitamento e valoração econômica de recursos minerais do subsolo; d- Aspectos paleontológicos: situação e perspectiva...
Fauna e Flora		a- Caracterização, tipologia e mapeamento dos aspectos da fauna e flora; b- Situação quanto às áreas de preservação ambiental em relação à área total; c- Usos atuais e potenciais e valoração, tanto em termos econômicos, como ecológicos; d- Situação quanto à preservação e aspectos a serem (i) potencializados, (ii) revertidos ou (iii) substituição do seu uso...

DIMENSÃO HUMANA E INTELECTUAL	Saber-fazer local	<p>a- Descrição dos principais saberes locais com especificidade, quanto (i) ao tipo (culinária, tratos culturais, artes, saber tradicional...), (ii) setor da sociedade envolvida, (iii) valoração e/ou reconhecimento social, (iv) potencialidade de valoração e inclusão socioeconômica;</p> <p>b- situações a melhorar e/ou potencializar...</p>
	Formação Acadêmica e Profissional	<p>a- Inventário dos níveis de formação acadêmica da população, por graus de ensino, básico, médio e superior;</p> <p>b- Inventário da formação profissional da população por setores de atividade;</p> <p>c- Informações quanto à ocupação, sub ocupação, carência de profissionais, seja em relação à formação acadêmica ou profissional;</p> <p>d- Percentual da população ativa com qualificações de ensino superior (títulos universitários e certificados de treinamento profissional de nível superior);</p> <p>e- Taxa de variação da população empregada;</p> <p>f- Necessidades de formação acadêmica e/ou profissional...</p>
	Conhecimento e/ou Criatividade	<p>a- Aspectos presentes na população quanto às atividades com intensidade em criatividade;</p> <p>b- Situação do ambiente sociocultural, favorável ou desfavorável, quanto à preservação da pluralidade de expressão e da criatividade;</p> <p>c- Percentual da população entre 25 e 64 anos com ensino superior</p> <p>d- Percentual da população entre 18 e 24 anos com ensino médio;</p> <p>e- Taxa de escolaridade de crianças e jovens de 4 a 17 anos...</p>
DIMENSÃO CULTURAL	Valores, códigos de conduta e tradições culturais	<p>a- Inventário, tipificação e caracterização das principais expressões e/ou manifestações em termos de valores, códigos de conduta e tradições culturais, presentes no local;</p> <p>b- Situação quanto à (i) aceitabilidade social e (ii) valoração e/ou reconhecimento como elementos de identidade territorial;</p> <p>c- Número de museus e instituições similares;</p> <p>d- Número de profissionais da cultura e percentual em relação à força de trabalho...</p>
	Cultura Empresarial	<p>a- Aspectos favoráveis e/ou desfavoráveis, no ambiente empresarial, que favoreçam (ou não) à atração de novos empreendedores;</p> <p>b- Políticas, públicas ou privadas, de apoio a novos empreendimentos;</p> <p>c- Necessidades e/ou perspectivas quanto à criação de um ambiente empresarial favorável a novos investimentos e/ou empreendedores;</p> <p>d- Situação quanto ao comprometimento empresarial, no que se refere ao enraizamento local;</p> <p>e- Situação quanto ao comprometimento com os objetivos e princípios do desenvolvimento territorial sustentável...</p>
DIMENSÃO SOCIAL	Valores Sociais	<p>a- Descrição e hierarquização dos valores compartilhados socialmente: cooperação, hospitalidade, solidariedade ...;</p> <p>b- Aspectos em que a presença ou falta de compartilhamento de determinados valores favorecem (ou não) a coesão social;</p> <p>c- Necessidade em termos de compartilhamento de valores sociais e perspectivas futuras...</p>
	Formas de Associativismo	<p>a- Descrição e caracterização das principais iniciativas formais ou informais de associativismo;</p> <p>b- Impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais resultantes;</p> <p>c- Coeficiente de Gini na polarização social;</p> <p>d- Necessidade de iniciativas de associativismo que possam ativar potencialidades ou superar carências existentes...</p>
	Redes Sociais internas e externas	<p>a- Situação quanto a formas de interação e/ou intercâmbio social, cultural e/ou artístico, (i) entre setores afins, (ii) entre diferentes setores, localmente, regionalmente, nacionalmente ou internacionalmente;</p> <p>b- Situação quanto à propensão das pessoas ou grupos sociais em se relacionar interna ou externamente, carências ou necessidades...</p>
DIM. INSTITUCIONAL	Instituições Públicas, Sociais e Corporativas	<p>a- Inventário, tipificação (social, político, econômico, cultural, artístico...) e caracterização das principais estruturas institucionais em cada um dos setores (público, privado e corporativo);</p> <p>b- Destaques em relação a sua função e impactos locais;</p> <p>c- Percentagem das instituições que possuem serviços interativos on-line;</p> <p>d- Quantificação da existência e variação do número de projetos de cooperação inter-regional;</p> <p>e- Número total de planos e programas supra municipais;</p> <p>f- Número de associações ou grupos de jovens/10.000 hab.;</p> <p>g- Número de associações ou grupos de adultos e/ou idosos/10.000hab.;</p> <p>h- Número de convênios com instituições internacionais de quaisquer tipos;</p> <p>i- Carências, potencialidades e necessidades em termos de institucionalidades...</p>

Fonte: Elaboração própria (2020)

De antemão, entende-se que a obtenção de dados e informações em relação às variáveis propostas no Quadro 1, exige que sejam pensadas técnicas e instrumentos de investigação, em que a pesquisa participante, ou pesquisa-ação será indispensável¹⁰.

Além desta proposição metodológica para estudos em recortes territoriais, tendo o patrimônio territorial como ponto de partida e diretriz, outros estudos podem servir de inspiração. Por exemplo, Dematteis e Magnaghi (2018) propõem parâmetros ou diretrizes quanto a um novo modelo socioeconômico fundado na preservação e valorização do patrimônio territorial, propondo, dentre outros aspectos: (i) um novo padrão ambiental e energético; (ii) estímulos para avançar rumo a um padrão agroecológico; (iii) um novo padrão de intercâmbio humanitário e cultural, superando os conflitos resultantes das imigrações; (iv) um novo padrão urbano, recuperando sinergias cidade-campo; (v) um novo padrão produtivo, com gestão social e ética, definindo objetivos compartilhados da produção, relacionado aos bens comuns; (vi) um novo padrão de empreendedorismo, tendo como princípio a responsabilidade social corporativa; (vii) construção de novas relações entre o sistema socioterritorial, tendo como estratégia principal a revalorização do mercado local/regional.

Apesar dos autores admitirem que tais mudanças causarão polêmicas e resistências, salientam que a proposta de retorno aos sistemas socioterritoriais locais pretende apresentar-se como uma contribuição teórico-metodológica e operacional de natureza multidisciplinar e multisetorial, como alternativa à atual crise do modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico. Trata-se, em especial, em ater-se ao fato de que os fatores que compõem os modelos socioeconômicos precisam passar por um processo de revisão crítica, excluindo o valor estratégico das soluções setoriais. Ressaltam que as diferentes e múltiplas experiências em andamento de “retorno ao território” são caracterizadas por algumas descrições comuns que aludem à construção de sistemas de produção locais/territoriais, com base na ampliação do valor do patrimônio territorial como bem comum.

Tanto os parâmetros ou diretrizes quanto a um novo modelo socioeconômico fundado na preservação e valorização do patrimônio territorial propostos por Dematteis e Magnaghi (2018), como o que se propõe neste artigo, poderiam ser consideradas utópicas, no entanto, precisa-se admitir que são possíveis de serem operacionalizadas. No mínimo, são referenciais significativos para se pensar novas possibilidades para a dinâmica territorial do desenvolvimento. Ambas as propostas se complementam. Trata-se, portanto da ativação do patrimônio territorial, como estratégia principal de apoio ao desenvolvimento territorial.

Considerações finais

O presente texto inicia com a apresentação de um aporte teórico clássico de Santos (1997), que trata da estrutura, do processo, da forma e função, como categorias de análise do método geográfico. Segue-se o texto, explicitando uma base teórica de referência para os estudos territoriais, destacando os conceitos de território, governança e desenvolvimento territorial, para fazer uma conexão com a acepção de patrimônio territorial. Na continuidade, retoma-se à origem e explicita-se a importância e o significado do conceito patrimônio territorial, propondo-o como ponto de partida e diretriz nos processos de intervenção ou análise territorial. Como síntese, relaciona-se as categorias de análise geográfica à dinâmica territorial do desenvolvimento, apresentando o **território**, como a estrutura, a **governança territorial**, como processo na ação coletiva, o **patrimônio territorial**, como forma ou o arranjo espacial resultante do processo de planejamento territorial, e o que se convencionou chamar de **desenvolvimento territorial**, como função, ou seja, a imagem coletiva do que se espera do arranjo espacial e seus componente materiais e imateriais. Ou seja, o desenvolvimento territorial é concebido como o resultado esperado das relações sociedade-natureza, como a utopia das pessoas envolvidas nos processos de ação coletiva que ocorrem nos territórios. Além disso, são apresentados referenciais metodológicos para a realização de estudos sobre uma determinada realidade, tendo o patrimônio territorial como ponto de partida e diretriz.

Essas reflexões teórico-metodológicas despertam uma interrogação: será, o que convencionamos chamar desenvolvimento (local, regional, territorial), uma utopia? E se for uma

¹⁰ Está em andamento o projeto de pesquisa *O desenvolvimento de territórios, regiões ou municípios tendo como estratégia a ativação de seu patrimônio territorial: estudos no Território do Contestado*. Na sua execução, um dos objetivos específicos será estruturar um instrumento de diagnóstico, na forma de matriz de dados e informações, tendo como referência os elementos do patrimônio territorial.

utopia, valem os esforços de estudo, de análise, de investigação que são realizados diariamente para pensar o desenvolvimento? Não tenho a pretensão de responder tais questionamentos. No entanto, procura-se, nestas considerações finais, contribuir com algumas reflexões sobre o questionamento, começando por refletir sobre utopia.

A palavra utopia foi introduzida na literatura por Thomas More, numa publicação feita em 1515. O termo combina o prefixo grego *ou*, que significa negação, com o termo grego *topos*, que denota lugar, para formar a palavra utopia, significando “lugar que não existe”. Assim, utopia é conhecida como a descrição literária de uma sociedade imaginária, organizada com base na crítica da realidade existente num dado momento histórico.

Atualmente são aceitas outras compreensões sobre utopia, como a negação crítica das condições de uma época, a negação do presente, na perspectiva de um mundo melhor, ou simplesmente entendida como a contra imagem crítica da realidade vigente (ALONSO et al., 2005). Apesar de tudo, diria o poeta Pablo Neruda (2000): “*Uno solo, entre los mortales, profetizo sin vacilar, que a pesar de este fin de mundo, sobrevive el hombre infinito*”. Infinito, quer dizer, utópico, o homem da esperança irreduzível.

Ou seja, propõe-se entender a utopia como uma possibilidade, nos termos em que o próprio Harvey (2004) defende a tese de que a globalização, fabricada em prol dos interesses norte-americanos e ocidentais, ao mesmo tempo em que produz “desenvolvimentos geográficos desiguais” e disparidades socioeconômicas e políticas, também constrói sua própria fragilização. Assim, segundo o autor, referindo-se às contradições e paradoxos da própria globalização, apresentam-se oportunidades para que uma política progressista alternativa possa emergir, criando um conjunto sem precedentes de condições para uma mudança radical¹¹. Isso, pois, a disseminação dos modos ocidentais de pensar, desencadeou um conjunto de forças de crescente frustração econômica, social e cultural, sobretudo, um intensivo processo de violação dos direitos humanos.

Ou ainda, a utopia como propõe Santos (2001), “uma outra globalização”, não mais como “fábula” – como o discurso hegemônico nos fazem entendê-la, marcado por tendências hipócritas e ilusórias ações humanitárias -, nem como “perversidade” - como o mundo se apresenta, um meio de perpetuar e agravar a concentração cada vez maior de recursos, capital e informações nas mãos de poucos atores hegemônicos -, mas como “possibilidade” – como o mundo pode ser -, já que nunca tivemos tantas ferramentas e possibilidades de transformação da realidade como hoje. Saquet (2015) alerta que, para isso ocorrer, é necessário construir outra forma de organização socioeconômica e política, identificada com os sujeitos de cada território, vinculada às suas necessidades, sob sua autonomia e conectada a outras experiências de desenvolvimento.

Quem sabe, a realidade socioeconômica e cultural que se desenhará no pós Pandemia do COVID-19, possa trazer essas novas possibilidades de transformação da realidade atual, imaginadas por Milton Santos! Sem dúvida, para isso acontecer, é necessário, nas palavras de Marcos Saquet, construir outra forma de organização socioeconômica e política. E por que não?!

Ou seja, pensar o desenvolvimento territorial como utopia das pessoas num futuro diferente e melhor, além da perspectiva de real melhoria das condições de vida da maioria da população, implica na negação da acepção de desenvolvimento (i) como sinônimo de crescimento econômico, (ii) como resultante de investimentos externos focados predominantemente na exploração dos recursos naturais, (iii) como resultante de uma postura egoísta de uma minoria de empreendedores que se enriquecem expandindo cultivos agropecuários voltados à exportação de *commodities*, mediante a ocupação de áreas propícias à preservação ambiental, (iv) sustentada no apoio ao capital transnacional, seja na forma de empresas de transformação, a exemplo do setor de exportação de carnes, ou relacionadas ao agronegócio em larga escala, como se fosse suficiente para contribuir no desenvolvimento de municípios, territórios ou regiões. Infelizmente, ainda, essas e outras tantas promessas fazem parte da crença da maioria da população e, em especial, de praticamente todos os gestores públicos e privados.

Poderá, certamente, haver discordâncias em relação a essas reflexões ditas utópicas. A razão parece ser óbvia: as discordâncias, é muito provável que resultem do fato de que muitos continuam confundido crescimento econômico com desenvolvimento! O crescimento econômico, a dinamização da economia, a elevação dos indicadores econômicos, nem sempre e não necessariamente, favorecem o desenvolvimento (local, regional, territorial).

¹¹ Em obra recente (DALLABRIDA, COVAS e COVAS, 2017) são evidenciados alguns aspectos propositivos, propugnando um padrão de desenvolvimento integrador, mais inteligente, mais inclusivo, mais eclético, ou seja, eticamente mais responsável perante os seus cidadãos.

Superar essas promessas ou crenças implica, definitivamente, passarmos a entender desenvolvimento como um projeto da sociedade que tenha como perspectiva a dinamização socioeconômica, a melhoria da qualidade de vida da maioria das pessoas e a manutenção e/ou ampliação da sociobiodiversidade. Sociobiodiversidade, entendida como a relação entre bens e serviços gerados a partir dos recursos naturais, que implique no atendimento dos interesses afins aos diferentes modos de vida (humana, fauna e flora), atendendo aos princípios do bem viver, da equidade de oportunidades, de condições de trabalho dignas e da preservação ambiental.

Referências

ALONSO, M. N. et al. Donde nadie ha estado, todavía: utopía, retórica, esperanza. *Atenea*, n. 491, p. 29-56, 2005.

ANDRADE, B. A.; ALMEIDA, R. H. Patrick Geddes e a escola territorialista italiana: aproximações conceituais e metodológicas. *Pós*, São Paulo, v. 23, n. 39, p. 120-137, junho 2016.

CALDERÓN, B. C.; CUESTA, J. L. G. Sources and forms of territorial heritage. *International Journal of Humanities and Cultural Studies*, v. 3, n. 1, p. 2141-2157, june/2016.

CAMAGNI, R. Regional competitiveness: towards a theory of territorial capital. In: CAPELLO, R. et al. (eds). *Modelling regional scenarios for the enlarged Europe: European competitiveness and global strategies*. Berlin: Springer-Verlag, 2008.

CANÇADO, A. C.; TAVARES, B.; DALLABRIDA, V. R. Gestão social e governança territorial: interseções e especificidades teórico-práticas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 9, n. 3, p. 313-353, 2013.

CAPELLO, R.; CARAGLIU, A.; NIJKAMP, P. (2009). Territorial Capital and Regional Growth: Increasing Returns. In: *Cognitive Knowledge Use*. Timbergen Institute Discussion Papers, 09-059/3, Timbergen Institute, 2009.

CARAVACA, I. B.; GONZÁLEZ, G. R.; SILVA, R. Innovación, redes, recursos patrimoniales y desarrollo territorial. *Revista EURE*, v. XXXI, n. 94, 2005, p. 5-24.

DALLABRIDA, V. R. **Teorias do Desenvolvimento**: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba (PR): Editora CRV, 2017.

_____. **Território, Governança e Desenvolvimento Territorial**: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2016.

_____. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. *Análise Social*, v. L(2º), n. 215, p. 304-328, 2015a.

_____. Territory Planning and Management: the theory debate in Brazil and a prospect of practice according to theoretical contributions on territorial governance. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 11, p. 51-77, 2015b.

_____. A gestão territorial através do diálogo e da participação. *Scripta Nova*, v. XI, n. 245(20), 2007.

_____; COVAS, M. M.; COVAS, A. Inovação, desenvolvimento e espaço urbano: uma relação necessária mas não suficiente. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, v. 19, n. 2, p. 360-378, maio/agosto/2017.

DEMATTEIS, G.; MAGNAGHI, A. Patrimonio territoriale e corallità produttiva: nuove frontiere per i sistemi economici locali. *Scienze del Territorio*, Firenze University Press, n. 6, p. 12-25, 2018.

FARINÓS DASÍ, J. [Desarrollo Territorial y Gobernanza: refinando significados desde el debate teórico pensando en la práctica. Un intento de aproximación fronteriza](#). **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 5, n. 2, p. 4-24, jul./dez. 2015.

FERRÃO, J. Governança e ordenamento do território. Reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. **Prospectiva e Planejamento**, v. 17, p. 129-139, 2010.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 2015.

MAGNAGHI, A. Mettere in comune il patrimonio territoriale: dalla partecipazione all'autogoverno". **Glocale**. Rivista molisana di storia e scienze sociali, n. 9/10, p. 139-157, 2015.

_____. **Il progetto locale: verso la coscienza di luogo**. Turim: Bollati Boringhieri, 2010.

_____. **La rappresentazione identitaria del territorio**. Atlanti, codici, figure, paradigmi per il progetto locale. Florença: Alinea Editrice, 2005.

_____. La rappresentazione identitaria del patrimonio territoriale. In: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. (Org.). **Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento**. Torino: IRES/SGI, 2003, p. 13-20.

_____. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

NERUDA, P. Fin de mundo. En: **Obras Completas III**. Barcelona: Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores, 2000, p. 393-509.

ORTEGA, V. J. El patrimonio territorial: El territorio como recurso cultural y económico. **Rev. del Instituto de Urbanística de la Universidad de Valladolid**, nº 4, p. 33-48, 1998.

POLI D. Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proativa. In: MELONI, B. (a cura di). **Aree interne e progetti d'area**. Torino: Rosenberg e Sellier, 2015, p. 123-140.

RAFFESTIN, C. Prefácio. In: SAQUET, M. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 9-15.

_____. Paysage et territorialité. **Cahiers de géographie du Québec**, v. 21, n. 53-54, p. 123-134, 1977.

RULLANI, Enzo. Dai distretti alla distrettualizzazione: le forze che fanno (e disfano) il sistema territoriale. In: BELLANCA, N.; DARDI, M.; RAFFAELLI, T. (Org.). **Economia senza gabbie**. Bologna: Il Mulino, 2005, p. 111-169.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

_____. **Espaço e Método**. 4. Ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p.81-100, jun. 1977.

SAQUET, M. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª. edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.